

Os Cursos de ciências contábeis de instituições de ensino superior do Rio Grande do Sul sob a ótica de egressos

Laurise Martha Pugues (IPA) - laurisepugues@ibest.com.br

Ernani Ott (UNISINOS) - ernani@unisininos.br

Fabiano Larentis (EA/UFRGS) - flarentis@ea.ufrgs.br

Resumo:

O objetivo do artigo é apresentar uma análise da percepção de egressos sobre os cursos de ciências contábeis de Instituições de Ensino Superior (IES) do Rio Grande do Sul. Para a sua consecução, foi realizada uma pesquisa de campo com uso de questionários enviados aos egressos por meio eletrônico, os quais foram respondidos por uma amostra de 448 egressos: 242 do sexo masculino e 206 do sexo feminino, que fizeram seus registros profissionais no Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul no período compreendido entre 1996 e 2005. No tratamento e análise dos dados fez-se uso de estatística descritiva com aplicação do software estatístico SPSS 15.0; de Testes Qui Quadrado; de Análise Fatorial e de Análise de Variância. Como principais resultados da pesquisa podem ser destacados: a) a maior parte dos respondentes graduou-se em IES particulares; b) mais da metade dos profissionais está satisfeito com a profissão; c) dos entrevistados que atuam a mais tempo no mercado, a remuneração é superior a 10 salários mínimos; d) concordam que o curso ampliou a sua formação geral e o senso crítico e contribuiu para sua capacitação profissional; e) os entrevistados que se formaram em IES particulares sofreram maiores dificuldades relacionadas com a estrutura do curso e corpo docente, e que para melhorá-lo é necessário focar em uma maior aproximação entre teoria e prática, além de trabalhar com aspectos multidisciplinares, sem deixar de dar mais espaço aos conteúdos de contabilidade.

Palavras-chave: Egressos; Curso de Ciências Contábeis; Análise Estatística.

Área temática: Ensino e Pesquisa na Gestão de Custos

Os Cursos de ciências contábeis de instituições de ensino superior do Rio Grande do Sul sob a ótica de egressos

RESUMO

O objetivo do artigo é apresentar uma análise da percepção de egressos sobre os cursos de ciências contábeis de Instituições de Ensino Superior (IES) do Rio Grande do Sul. Para a sua consecução, foi realizada uma pesquisa de campo com uso de questionários enviados aos egressos por meio eletrônico, os quais foram respondidos por uma amostra de 448 egressos: 242 do sexo masculino e 206 do sexo feminino, que fizeram seus registros profissionais no Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul no período compreendido entre 1996 e 2005. No tratamento e análise dos dados fez-se uso de estatística descritiva com aplicação do *software* estatístico SPSS 15.0; de Testes Qui Quadrado; de Análise Fatorial e de Análise de Variância. Como principais resultados da pesquisa podem ser destacados: a) a maior parte dos respondentes graduou-se em IES particulares; b) mais da metade dos profissionais está satisfeito com a profissão; c) dos entrevistados que atuam a mais tempo no mercado, a remuneração é superior a 10 salários mínimos; d) concordam que o curso ampliou a sua formação geral e o senso crítico e contribuiu para sua capacitação profissional; e) os entrevistados que se formaram em IES particulares sofreram maiores dificuldades relacionadas com a estrutura do curso e corpo docente, e que para melhorá-lo é necessário focar em uma maior aproximação entre teoria e prática, além de trabalhar com aspectos multidisciplinares, sem deixar de dar mais espaço aos conteúdos de contabilidade.

Palavras-chave: Egressos; Curso de Ciências Contábeis; Análise Estatística.

Área Temática: Ensino e Pesquisa na Gestão de Custos

1 INTRODUÇÃO

O ensino da contabilidade no Brasil começa com a chegada da Família Real em 1808, no Rio de Janeiro. Em 1846 foi criada a Escola Central de Comércio, em 1856 foi criado o Instituto Comercial do Rio de Janeiro e em 1902 foi fundada a Escola Prática de Comércio (GONÇALVES; CARVALHO, 1976; RODRIGUES, 1986; SCHMIDT, 2000).

Segundo Marion e Robles Jr. (2003), com a instituição do Decreto Federal nº 1.339, de 1905, foram reconhecidos os diplomas expedidos pela Escola Prática do Comércio, considerada a primeira escola de contabilidade no Brasil. Contudo, apenas em 1931 institui-se o curso de contabilidade, que tinha a duração de três anos e formava o chamado “perito-contador”. Além disso, esse curso outorgava o título de guarda-livros a quem completasse dois anos de estudos.

Em 1945 foi criado o curso de ciências contábeis e atuariais, e em 1951, mediante a Lei nº 1.401, ocorreu a separação em dois cursos distintos. Dados do MEC/INEP (2007) dão conta de que existem 1002 cursos de ciências contábeis em todo o Brasil, sendo 68 na região norte, 190 no nordeste, 414 no sudeste, 118 no centro oeste e 212 no sul.

No ano de sua criação (1945) já se instalava o curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), seguido da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), que criou o curso em 1952. Hoje o Estado conta com 67 cursos, sendo 11 na capital. Nos últimos sete anos (2000 a 2007) foram criados 22 cursos, ou seja, 33% do total dos cursos existentes atualmente foram implantados recentemente (MEC/INEP 2007).

Os egressos dos cursos de Ciências Contábeis formam-se bacharéis e somente podem exercer a profissão de contador (a) no momento em que fazem o seu registro profissional no Conselho Regional de Contabilidade de seu estado. Conforme dados do Conselho Federal de Contabilidade, em fevereiro/2008 estavam registrados no sistema 203.910 contadores (as). No Rio Grande do Sul havia 17.561 contadores (as) registrados no Conselho Regional de Contabilidade (CFC, 2008).

A formação dos futuros profissionais tem início nas Instituições de Ensino Superior (IES), que constituem o “local adequado para a construção de conhecimento para a formação da competência humana” (MARION, 1998, p.1), e devem proporcionar aos seus alunos uma formação de qualidade visando colocar no mercado, profissionais competentes para atuar nas diversas áreas da profissão contábil.

Nesse particular, a formação dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis está relacionada com alguns aspectos que devem ser atendidos durante o curso, como: satisfação das expectativas enquanto alunos; aquisição de competência técnico-profissional; desenvolvimento de pensamento crítico; adequação à realidade sócio-econômica da região, entre outras.

Nas Instituições de Ensino Superior os planos pedagógicos e as estruturas curriculares são organizados em sintonia com o perfil esperado dos egressos, que inclui, por exemplo, os elementos anteriormente citados. No entanto, é importante verificar os resultados alcançados sob a ótica destes egressos. Nesse sentido, emerge o seguinte questionamento: - qual a percepção dos egressos sobre os cursos de ciências contábeis das IES do Rio Grande do Sul? Portanto, o objetivo geral do estudo é apresentar uma análise da percepção dos egressos sobre os cursos de ciências contábeis de IES do Rio Grande do Sul.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O Curso de Ciências Contábeis

O início do ensino de contabilidade no Brasil coincide com a chegada da Família Real. A primeira aula de comércio da corte foi realizada em 1810 no Rio de Janeiro. Também foi nomeado como primeiro professor de contabilidade no Brasil, o Deputado José Antônio Lisboa, da Real Junta de comércio (RODRIGUES,1986). O autor menciona, ainda, que em 1846 foi criada a Escola Central de Comércio, sendo que o termo “central” tinha o significado de “Escola Superior”, “Nacional” ou “Federal”, e uma das disciplinas do referido curso era a “prática das principais operações e atos comerciais.” Dez anos mais tarde foi criado o Instituto Comercial do Rio de Janeiro que, segundo Schmidt (2000), era um dos primeiros passos em direção à formação do profissional contábil.

Em 02 de junho de 1902 foi fundada a Escola Prática de Comércio, com o objetivo de preparar os profissionais da época para o crescimento industrial que estava ocorrendo no País (GONÇALVES; CARVALHO, 1976). No dia 09 de janeiro de 1905 foi instituído o Decreto Federal n.º 1.339 que “reconheceu, em caráter oficial, os diplomas expedidos pela ‘Escola Prática de Comércio’ e dispôs sobre a organização dos cursos, dividindo-os em dois: geral e superior”. O curso geral permitia aos profissionais o desempenho das funções de guarda-livros e perito judicial empregado de Fazenda, enquanto que o curso superior proporcionava o exercício das funções de agentes consulares, funcionários do Ministério das Relações Exteriores, atuários de companhias de seguros, chefe de contabilidade de estabelecimentos bancários e de grandes empresas comerciais (MARION; ROBLES JR., 2003, p.01).

Passos (2004) assinala que em conformidade com a Lei Estadual n.º 969, de 01 de dezembro de 1905, a Escola Prática de Comércio passou a denominar-se Escola de Comércio de São Paulo. Gonçalves e Carvalho (1976) mencionam que o Conde Antônio de Álvares Leite Penteado fez a doação de um terreno para construção de um prédio para a Escola de Comércio, tendo em vista a importância dessa instituição. Em 05 de janeiro de 1907 passou a

ter a denominação de Escola de Comércio “Álvares Penteado”, tornando-se a primeira escola especializada em contabilidade no Brasil.

Os autores mencionam que mais tarde, em 1926, com a instituição do Decreto Federal n.º 17.329, de 29 de maio, ficou estabelecida a fiscalização dos estabelecimentos de ensino comercial, visando a padronização nos cursos comerciais, permitindo que se adequassem à realidade do momento. O Decreto n.º 20.158, de 30 de junho de 1931, por sua vez, apresentava uma estrutura mais adequada e um currículo mais flexível. No artigo 2º do referido decreto está indicado: “o ensino comercial constará de um curso propedêutico (introdução) e dos seguintes cursos técnicos: de secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e de perito-contador e, ainda, de um curso superior de administração e finanças e de um curso elementar de auxiliar de comércio”.

No ano de 1939, o Decreto-Lei n.º 1.535 altera a denominação do curso de perito-contador que constava no decreto n.º 20.158, para curso de contador. Em 22 de setembro de 1945, por meio do Decreto-Lei 7.988, é criado o curso de Ciências Contábeis e Atuariais, e com o advento da Lei n.º 1.401, de 31 de julho de 1951, houve a separação entre o curso de Ciências Contábeis e o curso de Atuariais (PASSOS, 2004).

Também no ano de 1945, por meio do Decreto-Lei n.º 8.191, de 20 de dezembro de 1945, foram definidas as categorias profissionais que vigorariam após a criação do Curso de Ciências Contábeis e Atuariais, ficando estabelecido que as categorias de Guarda-Livros, Atuários, Contadores, Peritos-Contadores e Bacharéis seriam agrupadas em apenas duas, ou seja, Técnico em Contabilidade, para os profissionais de nível médio, e Bacharel para os de nível superior (MOURA; SILVA, 2003).

Peleias (2006) menciona que a democratização da educação fez com que na década de 1960 surgissem no Brasil os cursos noturnos. Portanto, estes já existem há bastante tempo e não estão concentrados apenas nos cursos de Ciências Contábeis, sendo uma realidade para o estudante que precisa trabalhar durante o dia e ao mesmo tempo dedicar-se aos estudos com a intenção de obter ascensão profissional.

A oferta de cursos de Ciências Contábeis tem crescido de forma bastante significativa, em razão da elevada quantidade de Instituições de Ensino Superior que foram autorizadas a funcionar. Na figura 1 consta a evolução no número de cursos de Ciências Contábeis no Brasil, com base em dados do MEC/INEP (2007).

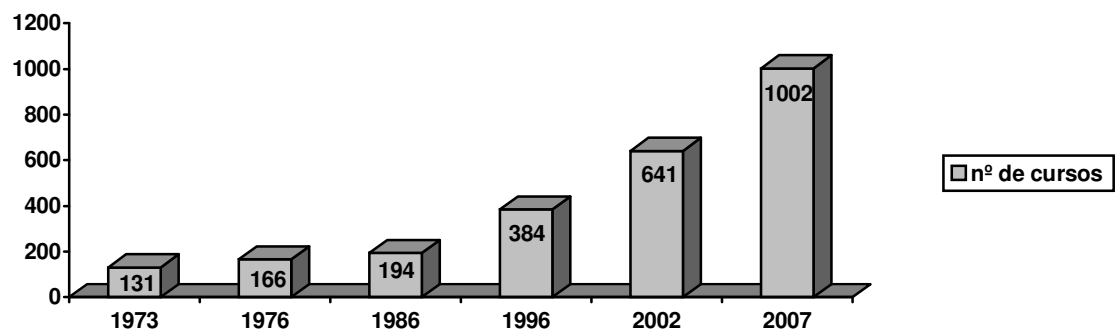


Figura 1: Número de cursos de Ciências Contábeis no Brasil
Fonte: MEC/INEP (2007)

Esta expansão se justifica em grande parte pela elevada quantidade de Instituições de Ensino Superior que foram autorizadas a funcionar, e muitas das quais passaram a oferecer o Curso de Ciências Contábeis. Esse fato preocupa, uma vez que não se sabe se os acadêmicos estão sendo preparados de forma adequada para atender as necessidades do mercado.

A este propósito, Marion e Marion (1998) identificam a necessidade de se ter um *feedback* dos profissionais que se formam e buscam um lugar no mercado de trabalho, com o objetivo de fazer uma reavaliação dos cursos.

No Rio Grande do Sul, segundo dados do MEC/INEP (2007), o primeiro curso de Ciências Contábeis foi implantado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1945, e o segundo curso surgiu somente em 1952, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Atualmente há 67 cursos oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior no Estado do Rio Grande do Sul, sendo que em Porto Alegre existem 11 cursos, 5 dos quais foram criados a partir do ano de 2000.

2.2 O Aluno e o Egresso do Curso de Ciências Contábeis

Nas Instituições de Ensino Superior o professor deve ser o condutor do processo de ensino-aprendizagem, posicionando o aluno como um participante ativo na construção de seu saber e não como um mero ouvinte do conteúdo repassado. Também deve levar em consideração aquilo que o estudante já sabe, além de valorizar o questionamento investigativo em uma perspectiva interdisciplinar.

Refletindo sobre esse assunto, Laffin (2002, p. 15) pondera que

uma prática que pressupõe apenas o fazer sem integrar os procedimentos de reflexão mediante as teorias que fundamentam esse fazer, assim como não possibilita análises com outras perspectivas, acaba por reduzir o ensino ao saber fazer excluindo do processo a interpretação e a intervenção como requisito de investigação intencional.

Lagioia *et al.* (2007) realizaram uma pesquisa sobre as expectativas profissionais dos estudantes e o seu grau de satisfação em relação ao curso de Ciências Contábeis, e observaram que as principais expectativas dos discentes são, em ordem de preferência: prestar concurso público; trabalhar em empresas de terceiros; e abrir negócio próprio. A pesquisa foi realizada com 324 estudantes divididos em três grandes grupos: a) grupo 1, aqueles que estão cursando do primeiro ao terceiro período; b) grupo 2, aqueles que estão cursando do quarto ao sexto período; e c) grupo 3, aqueles que estão cursando do sétimo ao nono período.

Visando avaliar os egressos dos cursos de Ciências Contábeis para fins de registro profissional, em 28/07/1999 o Conselho Federal de Contabilidade instituiu por meio da Resolução n.º 853 o Exame de Suficiência, de tal forma que os egressos dos cursos Técnico em Contabilidade e Ciências Contábeis somente poderiam obter o registro profissional após a aprovação nesse exame.

O primeiro Exame de Suficiência ocorreu no dia 26 de março de 2000 e o último em setembro de 2004. Em março de 2005, época em que seria realizada a décima primeira edição do referido exame, uma Decisão Judicial do Tribunal Regional Federal da 1ª Região suspendeu em nível nacional a sua realização. Durante o período em que o exame foi aplicado, 77.257 egressos dos cursos Técnico em Contabilidade e Ciências Contábeis realizaram as provas em todo o Brasil, com um índice de aprovação de 61% (CFC, 2006).

No Estado do Rio Grande do Sul, 6.260 candidatos participaram do Exame de Suficiência, representando cerca de 8% do total nacional, com um índice de aprovação de 69% (CFC, 2006). Dados divulgados pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul permitem constatar que no ano de 2005, quando o Exame de Suficiência foi suspenso, houve um crescimento significativo no número de bacharéis que fizeram sua inscrição, fato também observado em 1999, quando houve a divulgação de que a partir de 2000 haveria a realização do exame (CRC-RS, 2006).

Koliver (2006) revela sua preocupação em relação à suspensão do exame, uma vez que entende que a sua realização seria o único caminho para identificar a existência de preparo suficiente para o início do exercício profissional evitando, assim, as disparidades qualitativas evidenciadas pelos cursos existentes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Classificação da Pesquisa

Esta pesquisa pode ser enquadrada como aplicada, pois visa conhecer e analisar os cursos de Ciências Contábeis de IES do Rio Grande do Sul segundo a percepção de egressos destes cursos. Os seus resultados podem ser utilizados pelas Instituições de Ensino Superior, pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul e demais Entidades da Classe Contábil em seus processos decisórios. A pesquisa é, também, quantitativa e descritiva, na medida em que as respostas dos egressos foram quantificadas, e foi procedida a análise descritiva da percepção destes egressos a respeito dos cursos realizados (GIL, 1999; SILVA; MENEZES, 2001), mediante a utilização de testes estatísticos e análise de diferenças de médias. Em função do objetivo pretendido, utilizou-se como procedimento técnico o levantamento que, segundo Silva (2003, p. 62), “consiste na coleta de dados referentes a uma dada população com base em uma amostra selecionada”.

3.2 Universo e Amostra

Para determinar o universo da pesquisa levou-se em consideração o número de egressos que haviam feito seus registros profissionais no Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul no período de 1996 a 2005 (dez anos), chegando-se a um total de 7.747, conforme dados fornecidos pelo Departamento de Registro Profissional do Conselho (CRC-RS, 2006).

Optou-se por uma amostra probabilística, com grau de significância de 95%, tendo se chegado a uma quantidade de 736 egressos, para os quais foram enviados questionários por meio eletrônico. A remessa foi individual, tendo em vista que cada egresso possuía um Código de Identificação que não era visualizado pelo respondente. Esse Código de Identificação fez-se necessário, uma vez que a identificação do profissional era opcional, mas importante para a pesquisa, pois permitiria saber quais os profissionais que responderam a pesquisa, quantidade de homens e mulheres, além da região.

Considerando que foram recebidos somente 163 questionários respondidos, mesmo após a segunda e terceira remessas, decidiu-se enviar os questionários para a totalidade da população, desconsiderando os 163 que haviam respondido. Com essa providência se obteve um retorno de mais 285 questionários respondidos, totalizando uma amostra de 448 egressos, que passaram a compor a amostra final da pesquisa, nesse caso por acessibilidade ou conveniência.

3.3 Coleta e Análise de Dados

Os dados foram colhidos por meio de um questionário contendo perguntas fechadas, enviado por *e-mail* aos sujeitos da pesquisa. Quatro questões foram elaboradas utilizando-se a escala de Likert de cinco posições, desde ‘discordo plenamente’ (1) a ‘concordo plenamente’ (5), considerando elementos que contribuíram para a escolha do curso, benefícios proporcionados pelo curso, dificuldades encontradas no decorrer do curso e o que pode ser melhorado no curso para melhorar a formação dos bacharéis. Essas questões encontram-se no Apêndice 1. Também se solicitou aos egressos que atuavam na área contábil que se manifestassem sobre o seu nível de satisfação, em uma escala Likert de quatro posições, desde ‘plenamente insatisfeito’ (1) a ‘plenamente satisfeito’ (4). Outras questões identificaram a remuneração, exercício da profissão após a conclusão do curso, tempo de exercício da profissão, participação em congressos e eventos na área e publicações na área.

O questionário, organizado previamente com base em algumas questões utilizadas em pesquisas realizadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (1996) e por Frey (1997), foi aprimorado e validado por um *Focus Group* (SCHEUREN, 2004) composto por seis egressos (não pertencentes à amostra) com registro profissional do CRC-RS, além da pesquisadora

(mediadora). O grupo foi organizado em círculo e coordenado pela pesquisadora que, inicialmente, esclareceu os propósitos e o motivo pelo qual haviam sido selecionados para participar do mesmo. A reunião foi gravada em áudio para que todas as informações ficassem registradas. Cada participante fez uma breve apresentação, informando seu nome, ano de conclusão do curso, Instituição de Ensino Superior em que concluiu o curso, área de atuação, tempo de atuação na área, setor de atuação e cargo ocupado. Depois das apresentações, a mediadora formulou perguntas ao grupo que constavam na versão preliminar do questionário e estes expressaram seus entendimentos a respeito, sem que lhes tivesse sido informado que estas perguntas constavam na versão preliminar do questionário. Os depoimentos dos participantes e as discussões que seguiram permitiram à mediadora constatar que as questões formuladas no questionário eram pertinentes, bem como oportunizaram pequenas reformulações e inclusões de novas questões validando, portanto, o instrumento.

Após a verificação da base de dados e a correção de inconsistências, procedeu-se à análise de dados fazendo uso do *software* estatístico SPSS 15.0. Além de estatísticas descritivas, foram efetuados Testes qui quadrado para verificar diferenças em cruzamentos percentuais; Análise Fatorial para redução do número de variáveis e identificação de dimensões latentes às variáveis utilizadas no questionário; e análises de diferenças de médias (ANOVA) para as variáveis intervalares.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Identificação dos Respondentes

Obteve-se junto ao Conselho Regional de Contabilidade uma relação na qual constavam os nomes, endereços e telefones, assim como o ano em que os bacharéis realizaram seus registros naquele órgão. Os únicos dados que não se dispunham eram o ano de conclusão do curso e a Instituição de Ensino em que eles haviam concluído seus cursos de graduação.

Dos que indicaram o ano de formação (n=402), 47,5% se formaram até 1998 e 52,5% de 1999 a 2006. Dos 406 entrevistados que indicaram a Instituições de Ensino Superior de formação, 82% se graduaram em instituições particulares e 18% em instituições públicas. Esse fato pode ser explicado pela quantidade de Instituições de Ensino Superior Privadas existentes no Estado (64), em relação às três (3) IES Públicas.

Além disso, 47,4% atuam na área até 10 anos e 52,6% 11 anos ou mais (n=386); 65,4% recebem até 10 salários mínimos mensais e 34,6% 11 ou mais (n=448); 75,9% participam de eventos da classe contábil (n=448) e 17,4% têm publicações de trabalhos na área contábil (n=448).

Dos egressos que estudaram em IES particular, 68% ganham até 10 salários mínimos, o mesmo ocorrendo em 56,2% dos formados em IES pública. Essa diferença, considerando o teste qui quadrado ((MALHOTRA, 2006) é estatisticamente significativa ao nível de 0,05. Os que estão há mais tempo formados também ganham mais: 57,1% ganham até 10 salários mínimos, ao passo que 73,9% dos que se formaram após 1998 têm essa mesma faixa de remuneração (diferença significativa pelo teste qui quadrado, ao nível de 0,05)

No que concerne aos eventos da classe contábil, há uma participação de 79,3% dos que estudaram em IES particular e 70% dos que estudaram em IES pública (qui quadrado não significativa ao nível de 0,05). Considerando, por sua vez, a publicação de trabalhos na área, o percentual de quem estudou em IES particular é 18,9%, enquanto os que estudaram em IES pública representam 17,8% (diferença não significativa pelo teste qui quadrado ao nível de 0,05). Essas diferenças não significantes também ocorreram quando se considera o ano de formação: dos que se formaram até 1998, 79,1% participaram de eventos contra 76,8% dos

que se formaram posteriormente; 21,5% dos que se formaram antes publicaram trabalhos, contra 16,6% dos que se formaram mais tarde.

4.2 Análise Fatorial

Para a identificação de dimensões adjacentes às questões abordadas, considerando cada um dos quatro blocos de variáveis, procedeu-se a Análise Fatorial. Para tanto, foram considerados o método de componentes principais para extração dos fatores: rotação Varimax e tratamento *pairwise* dos dados omissos. Para a definição do número de fatores foi considerado como critério àqueles com autovalor acima de 1 ou variância explicada superior a 60% (caso os autovalores superiores a 1, somados, não atingissem este patamar).

Com o processo de análise fatorial, buscando-se agrupar variáveis semelhantes em sua natureza teórica, obteve-se, com os quatro blocos de questão utilizados, que perfaziam um total de 33 questões, um total de 15 fatores (dimensões latentes). Os fatores para cada bloco de questões, assim como as respectivas questões que se agruparam em cada fator são apresentados a seguir.

Para o bloco 1: **Razões de se fazer o curso**, foram identificados 3 fatores, após a retirada da variável Q1 (em função da carga fatorial baixa), os quais correspondem a 60,5% de variância explicada e teste KMO e de esfericidade de Bartlett em níveis adequados (acima de 0,60 e significância ao nível de 0,05) (MALHOTRA, 2006). Praticamente todas as comunalidades ficaram acima de 0,5 (exceto Q6, com comunalidade 0,44) (HAIR Jr. *et al.*, 1998; MALHOTRA, 2006). Da mesma forma, praticamente todas as cargas fatoriais obtiveram valores acima de 0,5 (exceto a variável Q6, com carga 0,42). Os três fatores e as questões correspondentes estão identificados na Tabela 1.

Tabela 1 – Fatores do Bloco 1

Bloco 1 -Razões de se fazer o curso - Fatores	Questões
1A Facilidade de acesso e conveniência	Q4, Q6, Q8
1B Adequação à formação e trabalho prévios	Q2, Q7
1C Influências externas (familiares, informações do mercado)	Q3, Q5

Para o bloco 2: **O que o curso proporcionou**, foram identificados 2 fatores, correspondendo a 60,5% de variância explicada e teste KMO e de esfericidade de Bartlett em níveis adequados (acima de 0,60 e significância ao nível de 0,05) (MALHOTRA, 2006). Praticamente todas as comunalidades ficaram acima de 0,5 (exceto Q8, com comunalidade 0,47 (Apêndice 1). Praticamente todas as cargas fatoriais obtiveram valores acima de 0,5 (exceto a variável Q2, com carga 0,48). A Tabela 2 apresenta os fatores e questões correspondentes.

Tabela 2 – Fatores do Bloco 2

Bloco 2 – O que o curso proporcionou - Fatores	Questões
2A Ampliou a formação geral e o pensamento crítico	Q3, Q4
	Q1, Q2, Q5, Q6,
2B Proporcionou formação/capacitação profissional	Q7, Q8, Q9

Para o bloco 3 : **Dificuldades em relação ao aproveitamento do curso**, foram identificados 3 fatores correspondendo a 64,8% de variância explicada e teste KMO e de esfericidade de Bartlett em níveis adequados (acima de 0,60 e significância ao nível de 0,05) (MALHOTRA, 2006). Todas as comunalidades e as cargas fatoriais obtiveram valores acima de 0,5. Os fatores e questões correspondentes se encontram na Tabela 3.

Tabela 3 – Fatores do Bloco 3

Bloco 3 – Dificuldades em relação ao aproveitamento do curso - Fatores	Questões
3A Relacionadas à estrutura curricular, método de ensino e corpo docente	Q1, Q4, Q5
3B Relacionadas a questões pessoais (tempo para estudar, nível educacional anterior)	Q2, Q3
3C Relacionadas a questões externas (alunos em turma com níveis diferentes e dificuldades geradas pelos empregadores)	Q6, Q7

Para o bloco 4: **Melhorias no currículo do curso**, foram identificados 4 fatores, correspondendo a 66,8% de variância explicada e teste KMO e de esfericidade de Bartlett em níveis adequados (acima de 0,60 e significância ao nível de 0,05) (MALHOTRA, 2006). Todas as comunalidades e as cargas fatoriais obtiveram valores acima de 0,5. Os fatores do bloco 4 e questões correspondentes estão apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Fatores do Bloco 4

Bloco 4 – Melhorias no currículo do curso - Fatores	Questões
4A Necessidade de aproximar mais teoria e prática	Q1, Q2, Q3, Q6
4B Ampliar multidisciplinaridade e formação geral	Q4, Q9
4C Ampliar carga horária	Q5, Q7
4D Ampliar número de disciplinas de contabilidade	Q8

4.3 Análise de Variância

Considerando os fatores oriundos da Análise Fatorial, procedeu-se a Análise de Variância (ANOVA), para avaliar possíveis diferenças de percepção entre os fatores identificados, assim como para a variável ‘nível de satisfação’. Apresenta-se, primeiramente, a média de cada fator e os desvios-padrão. Em seguida são apresentados cruzamentos de médias considerando alguns agrupamentos (ano de graduação, IES, remuneração, exercer profissão após conclusão do curso, participação em eventos da classe contábil, publicação de trabalhos na área contábil e tempo de atuação na área). As médias, dentro dos agrupamentos, com diferenças significantes ao nível de 0,05 são indicadas na Tabela 5 com asterisco (*).

Avaliaram-se, primeiramente, as médias de concordância (blocos 1 a 4), em uma escala de 1 a 5, considerando 3 como um ponto médio, ou seja, uma média abaixo de 3 significa uma tendência a discordar da afirmação; acima de 3 uma tendência a concordar. Quanto mais alta a média, mais forte a concordância.

Examinando os dados da Tabela 5, se percebe que as maiores médias, ou seja, onde a intensidade de concordância é maior, estão relacionadas com o bloco 2 (o que o curso proporcionou), em seus dois fatores (médias próximas a 4) e em dois fatores do bloco 4 (melhorias no currículo do curso) – ‘aproximar teoria e prática’, ‘necessidade de multidisciplinaridade’ e ‘foco maior em contabilidade’. No bloco 1 (razões para fazer o curso) a média mais alta foi do fator ‘adequação à formação e trabalho prévio’, um pouco abaixo de 3. No bloco 3 que trata das dificuldades no aproveitamento do curso, a maior média é relacionada com a ‘estrutura curricular, método de ensino e corpo docente’ (acima de 3).

Por outro lado as menores médias, ou seja, onde o nível de concordância é menor, ocorreram no bloco 1, ‘facilidade de acesso e conveniência’ (média de 2,69) e no bloco 3 ‘dificuldades externas’ (média de 2,56). Já os entrevistados concordam mais intensamente que o curso ampliou a sua formação geral e o senso crítico, e contribuiu para sua capacitação profissional. Também houve concordância, embora num nível um pouco menor, acerca da estrutura curricular, método de ensino e qualidade do corpo docente. Entendem que para melhorar o curso é necessário focar na aproximação maior de teoria com prática e trabalhar

com aspectos multidisciplinares, sem deixar de dar mais espaço aos conteúdos de contabilidade. Por outro lado, os entrevistados tendem a discordar mais quando afirmam que escolheram o curso por conveniência e que sofreram mais dificuldades externas no decorrer do curso.

Em relação à satisfação quanto à área contábil, em uma escala de 1 a 4 a média foi 3,06, um pouco acima de 2,5, que seria o ponto médio (entre 1 e 4). Transformando a média de satisfação em percentual, onde o ponto 1 corresponde a 0%; o ponto 2, 33%; o ponto 3, 66%; e o ponto 4, 100%, ou com a fórmula $(\text{Média} - 1) \times 33$, ficar-se-ia com uma intensidade de satisfação de 68%, ou seja, em um nível intermediário.

Considerando as diferenças apontadas com asterisco (*) na Tabela 5, percebe-se que na maioria dos fatores as diferenças de opiniões não chegam a ser estatisticamente significantes (em outras palavras, a diferença se dá por motivos espúrios). Essas diferenças são esclarecidas a seguir:

Ano de Graduação - Considerando, primeiramente, o ano de graduação (formação), observa-se que os alunos que se formaram até 1998 apresentam uma média estatisticamente significativa maior que os que se formaram entre 1999 a 2006, quando se trata da escolha do curso por conveniência (2,82 contra 2,61). Mesmo que as médias estejam abaixo de 3, ou seja, indicando discordância, o grupo dos egressos mais antigos tende a discordar menos que o grupo dos egressos mais recentes com essa afirmação. Isso pode significar que embora a maior parte dos cursos de ciências contábeis sejam oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior no turno da noite, esse fato não foi significativo para os respondentes. Nesse mesmo agrupamento percebe-se que os egressos mais recentes tendem a concordar mais com a afirmação que o curso precisa aproximar mais a teoria com a prática. Essa concordância maior pode ser explicada pelo fato de que os estudantes, de modo geral, entendem que as IES devem priorizar a prática, porém, conforme menciona Marion (1998), as IES servem para a formação do conhecimento e de competência humanas.

IES Particular ou Pública - Os alunos de IES particulares apresentaram maiores médias (estatisticamente significantes) para a escolha do curso por conveniência e facilidade, e por ser adequado à formação e experiência prévia. O grupo das particulares também apresentou mais dificuldades pessoais (falta de base do 2º grau e tempo para estudar) e externas (perspectivas salariais e influência de amigos e familiares), assim como indicam que o curso precisa focar mais em contabilidade, além de aproximar teoria e prática. Neste último, a maior concordância do grupo particular pode ser observada pela exigência do estágio obrigatório como um elemento importante para sua formação, possivelmente por entenderem que o estágio representa uma oportunidade de colocar em prática os ensinamentos teóricos recebidos em sala de aula. Ainda neste aspecto, pode-se considerar a adequação do currículo à realidade regional, tendo em vista que o Estado do Rio Grande do Sul abrange diversas regiões e cada uma tem suas peculiaridades, sendo importante que as instituições levem em consideração esse fato, o que, aliás, é recomendado pelo MEC/INEP.

Outro elemento que pode ter contribuído para a significativa concordância dos egressos de IES particulares, pode estar relacionado com a obrigatoriedade de elaborar um trabalho de conclusão ao final do curso, o que não é exigido em todas as IES. A elaboração de um trabalho de final de curso pode constituir uma oportunidade do aluno se envolver mais com a pesquisa, podendo despertar seu interesse em seguir estudos em níveis mais elevados. Um trabalho de conclusão bem elaborado também pode significar uma credencial importante para o aluno na disputa por emprego no mercado de trabalho.

Com relação às maiores dificuldades pessoais reveladas pelos estudantes das IES particulares, como: falta de tempo para estudar e falta de base no curso em nível médio, estas podem estar relacionadas com o fato de que a maior parte dos cursos ocorre à noite e o aluno da IES particular, normalmente, precisa trabalhar durante o dia, em torno de 8 horas, sobrando

pouco tempo para se dedicar aos estudos. Em algumas IES públicas as aulas ocorrem durante o dia, o que pode explicar a discordância menor quanto a esse aspecto.

Remuneração - Em relação à remuneração, os egressos que ganham mais apresentaram médias estatisticamente significantes maiores em relação a escolher o curso por influências externas. Para eles, o curso contribuiu para sua formação profissional. Além disso, se encontram mais satisfeitos com a área. Em contrapartida apresentaram médias estatisticamente menores do que os que ganham menos, quando indagados se o curso ampliou a sua formação geral e o senso crítico; de terem sofrido mais dificuldades pessoais e externas; e da necessidade de aproximar mais teoria e prática. Os egressos que ganham salários maiores concordam que o curso correspondeu às expectativas, proporcionou competência técnico-profissional, possibilitou melhores oportunidades de emprego e condições de realização profissional, provavelmente, porque conseguiram ocupar posições diferenciadas e também pela mudança no perfil do profissional. Os egressos que recebem salários maiores também podem buscar uma qualificação melhor por meio de especializações, mestrados e doutorados, permitindo que ocupem cargos melhores. Além disso, salienta-se que os cursos de especialização, mestrado e doutorado são cursos que demandam mais tempo além de um desembolso maior.

Exercer a Profissão após a Conclusão do Curso - Os que estão exercendo a profissão após a conclusão do curso concordam significativamente mais com a afirmação de que o curso proporcionou capacitação profissional e que é necessário ampliar a carga horária (neste caso, ainda apresentando média menor que 3). A maior capacitação profissional pode estar relacionada ao ingresso na profissão antes da conclusão do curso e permanência na mesma após a sua conclusão, permitindo um contato direto com a profissão.

Participação em Eventos da Classe Contábil – Os egressos que participam de eventos da classe contábil apresentam uma concordância significativa maior quando indagados se o curso ampliou a sua formação geral e formação profissional. A participação em eventos da classe auxilia os profissionais na aquisição de novos conhecimentos e, conseqüentemente, contribui para que realizem um trabalho adequado e com menos riscos de erros, além de constituir-se em um momento de convivência com colegas da profissão e da troca de experiências. Por esse motivo entendem-se as razões da maior concordância nesses dois aspectos (formação geral e profissional).

Publicação de Trabalhos - Considerando a publicação de trabalhos na área contábil, os que já publicaram concordam mais que o curso proporcionou mais formação profissional e que é necessário ao curso avançar na multidisciplinaridade e formação geral, e concordam menos quanto ao curso ser mais focado em aspectos contábeis. Observa-se que a quantidade de publicação de trabalhos na área não é considerada muito significativa, sendo natural que os egressos que publicaram concordem que esta contribuiu mais para a formação profissional, pois está mais ligada à pesquisa. Os egressos que publicam trabalhos são, provavelmente, aqueles que possuem especialização ou são mestres e/ou doutores.

Tempo de Atuação na Área - Quando se trata do tempo de atuação, grande parte das opiniões não apresentaram diferenças significantes, com exceção dos que trabalham há mais tempo na área, que concordaram mais com o fato de terem buscado o curso principalmente em função da experiência prévia. Essa situação indica que o profissional que atua na contabilidade permanece por bastante tempo na profissão e, possivelmente, refere-se ao profissional que já atuava na área contábil e apenas buscou complementar sua formação.

Tabela 5 – Médias e Diferenças

Fatores	n	Média	Desv. Padrão	Ano Graduação		IES		Remuneração		Exercer profissão após conclusão curso		Participação eventos da classe contábil		Publicação de trabalhos na área contábil		Tempo atuação n
				Até 1998	De 1999 a 2006	particular	pública	até 10 SM	11 ou mais	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	até 10 anos
1A facilidade de acesso e conveniência	448	2,69	0,82	2,82*	2,61*	2,78*	2,33*	2,72	2,64	2,66	2,82	2,69	2,69	2,63	2,70	2,60
1B adequação à formação e trabalho prévio	448	2,97	1,10	2,94	3,03	3,08*	2,52*	2,91	3,08	2,96	3,01	2,96	3,00	3,06	2,95	2,79*
1C influências externas (familiares, informações mercado)	448	2,85	0,84	2,87	2,85	2,85	2,96	2,76*	2,96*	2,84	2,91	2,87	2,81	2,96	2,83	2,75
2A ampliou formação geral, cultura geral, pensamento crítico	448	3,80	0,77	3,78	3,84	3,81	3,77	3,85*	3,69*	3,80	3,77	3,85*	3,62*	3,90	3,78	3,85
2B proporcionou formação/capacitação profissional	448	3,71	0,65	3,78	3,67	3,70	3,85	3,65*	3,83*	3,76*	3,52*	3,80*	3,44*	3,99*	3,65*	3,73
3A estrutura curricular, método de ensino e corpo docente	448	3,39	0,83	3,34	3,42	3,40	3,26	3,44	3,30	3,37	3,47	3,39	3,39	3,37	3,40	3,39
3B dificuldades pessoais (tempo para estudar, nível educacional anterior)	448	2,98	0,93	2,97	2,97	3,05*	2,57*	3,05*	2,84*	2,97	3,00	2,99	2,93	2,80	3,01	2,99
3C dificuldades externas (alunos com níveis diferentes e dificuldades geradas pelos empregadores)	448	2,56	0,84	2,53	2,58	2,60*	2,37*	2,65*	2,40*	2,56	2,58	2,57	2,55	2,49	2,58	2,57
4A aproximar teoria e prática	448	4,00	0,68	3,93*	4,08*	4,08*	3,66*	4,06*	3,88*	3,99	4,01	4,03	3,89	4,12	3,97	4,03
4B multidisciplinaridade e formação geral	448	3,54	0,80	3,53	3,54	3,52	3,59	3,53	3,57	3,58	3,41	3,58	3,44	3,85*	3,48*	3,52
4C ampliação carga horária	448	2,95	0,87	2,95	2,92	2,95	2,83	3,00	2,84	2,99*	2,74*	2,95	2,94	3,05	2,92	2,96
4D foco maior em contabilidade	448	4,05	0,93	4,02	4,03	4,08*	3,77*	4,11	3,94	4,07	3,94	4,03	4,10	3,86*	4,09*	4,09
Satisfação com área contábil (1 a 4)	368	3,06	0,59	3,06	3,05	3,06	3,03	2,94*	3,27*	3,07	3,00	3,08	2,97	3,23*	3,02*	3,01

5 CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi apresentar uma análise baseada na percepção de egressos sobre os cursos de Ciências Contábeis de Instituições de Ensino Superior do Rio Grande do Sul, contando com uma amostra representada por 448 respondentes. Identificou-se que o número de respondentes do sexo masculino foi ligeiramente superior ao do sexo feminino e a maior parte obteve sua formação no período compreendido entre 1995 e 2003.

Na pesquisa realizada constatou-se que a maior parte dos respondentes graduou-se em IES particulares, fato que pode ser explicado pela grande quantidade de IES particulares no Estado, em relação às públicas.

Observou-se, ainda, que mais da metade dos respondentes da pesquisa estão satisfeitos com a profissão e um dos fatores pode ser a remuneração obtida, uma vez que os entrevistados que se formaram há mais tempo, recebem uma remuneração acima de 10 salários mínimos, ou seja, superior aos que estão no mercado há menos tempo. Isso demonstra que os profissionais que já atuam no mercado há mais tempo adquirem, provavelmente, uma experiência maior e têm seu desempenho reconhecido.

Outro fato constatado é que houve uma tendência maior dos alunos de IES particulares terem escolhido o curso por conveniência e facilidade, e por ser adequado à sua formação e experiência anterior. Observou-se, também, que esse grupo (particulares) apresentou maiores dificuldades com relação a falta de base do 2º grau e tempo para estudar, assim como pelo fato de terem escolhido o curso pelas perspectivas salariais e influência de amigos e familiares. Isso evidencia, provavelmente, que quem estuda em instituições particulares pode ter escolhido a profissão por representar um indicativo de oportunidades futuras, porém tiveram mais dificuldades em conciliar estudos e trabalho, possivelmente, porque trabalhavam em torno de 8 horas diárias e estudam à noite. Esse mesmo grupo indicou que o curso precisa focar mais em contabilidade, além de aproximar teoria e prática.

Por fim, os entrevistados concordam que o curso ampliou a sua formação geral e o senso crítico e contribuiu para sua capacitação profissional. Reforçam, no entanto, que tiveram algumas dificuldades relacionadas com a estrutura do curso e com corpo docente, e que para melhorar o curso é necessário focar na aproximação maior entre teoria e prática, e trabalhar com aspectos multidisciplinares, sem deixar de dar mais espaço aos conteúdos de contabilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945. Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. Disponível em: www.cosif.com.br

_____, Decreto nº 17.329, de 29 de maio de 1926. Aprova o regulamento para os estabelecimentos de ensino técnico comercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal. Disponível em: www.cosif.com.br

_____, Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em: www.cosif.com.br

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Resolução nº 853 de 28 de julho de 1999. Institui o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de Registro Profissional. Disponível em: www.cfc.org.br

_____, Resultados gerais dos exames de suficiência por semestre. Disponível em: www.cfc.org.br, acesso em 12/11/2006.

_____, Contabilistas ativos por gênero e por região em março/2008. Disponível em: www.cfc.org.br, acesso em 10/03/2008.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL - CRCRS. **O CRCRS e a Legislação da Profissão Contábil**. 2005. Disponível em: www.crcrs.org.br

_____, Contabilistas registrados. Disponível em: www.crcrs.org.br, acesso em 20/03/2008.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Relação de Cursos de Mestrado e Doutorado Recomendados e Reconhecidos**. Disponível em: www.capes.gov.br, acesso em 05/03/2008.

FREY, Márcia Rosane. **O bacharel em ciências contábeis da UNISC: uma análise da sua atuação profissional**. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
GONÇALVES, Emilio; CARVALHO, Gabriel Marques de. **O Contabilista e a Regulamentação Especial da Profissão**. São Paulo. LTR. 1976.

HAIR Jr., J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Multivariate data analysis**. 5th edition. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1998.

KOLIVER, Olivio. O Exame de Suficiência: Aspectos históricos e análise dos fundamentos do veto ao projeto da lei instituidora. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. v. 125, p. 74-82, jun 2006.

LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira, *et al.* **Uma Investigação sobre as Expectativas Profissionais dos Estudantes e o seu Grau de Satisfação em relação ao Curso de Ciências Contábeis**. XXXI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro. RJ, 2007

LAFFIN, Marcos. Ensino da contabilidade: componentes e desafios. **Contabilidade Vista & Revista**. Belo Horizonte:UFMG, v. 13, n.3, p. 9-20, dez. 2002.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARION, José Carlos. Preparando-se para a profissão do futuro. **Revista Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte: UFMG, vol. 9, nº 1, março/98.

MARION, José Carlos; MARION, Márcia Maria Costa. A importância da Pesquisa no Ensino da contabilidade. **Boletim do IBRACON**, São Paulo: IBRACON n. 247, dezembro, 1998.

MARION, José Carlos, ROBLES JR, Antônio. **A busca da qualidade no ensino superior de contabilidade no Brasil**. 12/05/2003. Disponível em: www.classecontabil.com.br, acesso em 15/01/2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior**. Disponível em: www.inep.gov.br, acesso em 16/10/2007.

MOURA, Iraldo José Lopes de; SILVA, Marcus Vinicius Peixoto. **Perspectiva da Profissão Contábil**. 09/10/2003. Disponível em: www.classecontabil.com.br, acesso em 03/10/2005.

PASSOS, Ivan Carlin. **A interdisciplinaridade no ensino e na pesquisa contábil**: um estudo no município de São Paulo. Dissertação Mestrado em Contabilidade-FEA-USP, São Paulo, 2004.

PELEIAS, Ivam Ricardo. **Didática do ensino da contabilidade**: aplicável a outros cursos superiores. São Paulo: Saraiva, 2006.

RODRIGUES, Alberto Almada. Da aula de comércio da corte as escolas de comércio dos primórdios da república de 1809 a 1943: subsídios a história da profissão contábil e das instituições de ensino, profissionais e culturais da Ciência Contábil no Brasil. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CRCRS, v. 17, n. 46. 1986.

SCHEUREN, Fritz. **What is a survey?** 2004. Disponível em www.amstat.org. Acesso em 01/09/2006.

SCHMIDT, Paulo. **História do Pensamento Contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da Pesquisa aplicada à Contabilidade**: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3ª ed. Florianópolis: Laboratório de ensino a Distância da UFSC, 2001.

Apêndice 1 – Questões Utilizadas

Bloco 1 – Você escolheu o curso de Ciências Contábeis:	Fator
1. por vocação	
2. porque era adequado à função que eu exercia	1B
3. pelas perspectivas salariais	1C
4. porque era o curso de mais fácil acesso	1A
5. pela influência de amigos e familiares	1C
6. por possibilitar trabalhar e estudar	1A
7. pela formação anterior compatível	1B
8. porque não havia outra opção na área	1A

Bloco 2 – Você considera que o curso de ciências contábeis	Fator
1. Correspondeu às minhas expectativas	2B
2. Proporcionou competência técnico-profissional	2B
3. Ampliou satisfatoriamente a minha cultura geral	2A
4. Aumentou a capacidade de pensar criticamente	2A
5. Possibilitou melhores oportunidades de emprego	2B
6. Esteve adequado às necessidades da realidade sócio-econômica da região	2B
7. Proporcionou condições de realizar-me profissionalmente	2B
8. Influenciou minha presença e atuação na comunidade	2B
9. Motivou para a profissão	2B

Bloco 3 – As dificuldades em relação ao aproveitamento do curso decorreram:	Fator
1. da falta de melhor formação/qualificação do corpo docente.	3A
2. da falta de base no curso de nível médio (2º Grau)	3B
3. da falta de tempo para dedicação às disciplinas do curso	3B
4. de disciplinas com programas distanciados da realidade	3A
5. da falta de incentivo à pesquisa e trabalhos práticos	3A
6. das dificuldades impostas pelo empregador (trabalho)	3C
7. das turmas com alunos de cursos distintos.	3C

Bloco 4 – Para melhorar o currículo do curso faz-se necessário:	Fator
1. ter mais aulas práticas	4A
2. exigir estágio obrigatório	4A
3. adequar o currículo à realidade regional	4A
4. introduzir mais disciplinas contábeis	4B
5. ampliar a carga horária do curso	4C
6. exigir a elaboração de trabalho de conclusão	4A
7. ter maior carga horária nas disciplinas de matemática e estatística	4C
8. introduzir mais disciplinas de formação geral	4D
9 – Visão multidisciplinar e proatividade	4B